CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0661/87

INTERESSADO: Andre Costa Natariani

ASSUNTO: Recurso-aluno reprovado em Geografia, na 6ª série do 1º grau - EEPG "Luiz Leite" - Amparo

RELATOR: Consª Iara Glória Areias Prado

PARECER CEE Nº 1765/87 APROVADO EM 02/12/87
CONSELHO PLENO

Em requerimento datado de 11.04.87, o Sr. Edison Natariani, pai do menor André Costa Natariani, solicitou diretamente ao Conselho Estadual de Educação, "nova oportunidade para que seu filho fosse submetido ao processo de Recuperação em Geografia."

O aluno contando com 12 anos, foi matriculado regularmente na 6ª série, em 1986, na EEPG "Luiz Leite" da DE de Amparo, DRE de Campinas. Frequentou a série e, no final do ano, foi encaminhado aos estudos de recuperação nas disciplinas "Matemática" e "Geografia", tendo sido retido nesta última por decisão do Conselho de Classe, pelo fato do interessado não ter comparecido às aulas destinadas ao período da referida recuperação.

O pai do menor apresentou longa e minuciosa justificação, abrangendo vários aspectos, destacando-se, entre as alegações mais importantes e frequentes no processo, as seguintes:

1. durante o ano, os pais sempre compareceram à escola quando chamados, ora para reuniões, ora para avaliação do aproveitamento e de atitudes do filho na escola; alegam, ainda, que havia um acompanhamento de perto, por parte dos pais, da vida escolar do filho;

2. no final do ano letivo de 1986, o filho informou aos pais que havia sido retido apenas em Matemática, quando na verdade havia ficado de recuperação em Matemática e Geografia;

3. os pais lamentaram não terem sido informados pela escola da retenção do filho em Geografia, bem como da sua ausência às aulas de recuperação desta disciplina. Não negam que seu filho tinha conhecimento da recuperação em questão, mas consideraram esta atitude, a de não comparecer, como prova de sua imaturidade. Relataram que solicitaram à direção da escola que seu filho cursasse, simultaneamente, as 6ª e 7ª séries, em 1987. Lamentaram que isto tivesse sido negado por falta de amparo legal.

O Sr. Edison Natariani expôs ainda, em seu ofício, que solicitou à direção da EEPG "Luiz Leite", nova oportunidade para que o aluno fosse submetido ao processo de recuperação em Geografia, entretanto, teve sua petição negada, em 15.01.87.

O mesmo pedido foi feito ao Sr. Delegado de Ensino de Amparo e posteriormente ao Sr. Diretor da Divisão Regional de Ensino de Campinas, porém tal solicitação, em grau de recurso foi indeferida, respectivamente, em 09.02.87 e 17.02.87.

O Sr. Delegado de Ensino de Amparo, por Portaria, designou Comissão de Supervisores de Ensino da DE, para analisar e emitir parecer a respeito da citada petição.

Após analisados os documentos solicitados e as declarações prestadas, a Comissão de Supervisores constatou os fatos a seguir relatados (fls 30 a 34 - Proc. CEE):

-a escola realizou reuniões de pais e mestres quando comunicou aos pais ou responsáveis os resultados do aproveitamento escolar;

-a escola ofereceu, no período previsto, estudos de recuperação final em Geografia aos alunos de aproveitamento insuficiente;

-foi emitida pela secretaria da escola uma relação de alunos, por classe, constando os resultados obtidos após a realização do 1º Conselho Final, com indicação dos alunos que deveriam submeter-se ao estudo de recuperação final nas respectivas disciplinas. Esta relação foi afixada em lugar de acesso a alunos e pais, conforme comprovaram a professora de Geografia (fls. 24), o aluno em questão (fls. 15) e o Assistente de Diretor (fls. 18). Nesta relação constaram o nome do interessado e as duas disciplinas nas quais foi encaminhado aos estudos de recuperação: Matemática e Geografia. Nesta mesma lista foram registrados os resultados finais obtidos pelos alunos após o 2º Conselho, sendo que na linha correspondente a André Costa Natariani constatou-se sua condição de "Retido" (fls. 32);

-a escola agiu de maneira correta, oferecendo ao aluno a oportunidade de acesso aos estudos de recuperação em Geografia, em condições de igualdade com seus colegas de classe (fls. 32);

-o aluno foi considerado responsável, digno de crédito pelo próprio pai, quando notificado pelo filho de que ficara de recuperação em Matemática. Entretanto, o pai não compareceu a escola para verificar a veracidade da informação recebida;

-o aluno foi novamente considerado responsável e digno de crédito pelo pai, quando da comunicação de sua promoção após realizar estudos de recuperação em Matemática;

- o pai do aluno só passa a questionar a maturidade do filho e o fato de a escola considerá-lo inteiramente responsável pelos seus atos", posteriormente à sua retenção.

A Comissão de Supervisores, feitas as constatações, considerou que: (fls. 33)

1. não foi cumprido o § 2º do artigo 91 do Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º Grau, pois as decisões dos Conselhos não foram devidamente fundamentadas, pelo menos na ata que dele foi lavrada;

2. não foi ouvido o Conselho de Classe, quando da decisão do recurso interposto pelo pai do aluno junto à escola, alegando o Sr. Diretor que, sobre o caso, o Conselho de Classe já se manifestara em reunião realizada em 17.12.86;

3. as recuperações em Matemática e Geografia foram realizadas em períodos diferentes e a de Matemática antecipada à prevista no Calendário Escolar e como houve falhas na escrituração da caderneta escolar do aluno (falta de assentamento do 4º bimestre da menção final), propôs um novo Conselho de Classe que, realizado em 06.02.87, houve por bem manter a reprovação do aluno;

4. em relação aos períodos diferentes em que foram ministradas as aulas de recuperação de Matemática e Geografia, o Conselho de Classe esclarece que: o professor de Matemática convidou os alunos a comparecerem em outro período como reforço, sem prejuízo das aulas da tarde, uma vez que só com estas, o tempo seria insuficiente para um estudo adequado.

O Sr. Delegado de Ensino de Amparo, tendo em vista o parecer dos Supervisores da DE às fls. 31 e 32 (fls. 33 e 34 do Proc. CEE) e decisão do Conselho de Classe, conforme o xerox da Ata da Reunião de fls. 35 a 38 (fls. 37 a 40 do Proc. CEE), ratificando a situação do aluno, é também pelo indeferimento do pedido inicial.

Ante a negativa de sua petição, o interessado recorreu à Divisão Regional de Ensino de Campinas, em grau de recurso, solicitando nova oportunidade para submeter seu filho ao processo de recuperação em Geografia.

A Assistente Técnico-Pedagógica de 1º Grau da referida DRE, após análise minuciosa dos autos, fundamentou e encaminhou os mesmos para a consideração do Sr. Diretor Regional nos seguintes termos:

"Concluimos que não há razões de ordem legal ou mesmo de ordem educacional para a acolhida do requerimento do Sr. Edison Natariani".

O Sr. Diretor Regional manteve o parecer da Sra. Assistente Técnica declarando que "não há como deferir a solicitação do requerente", encaminhando-o à DE de Amparo, para dar ciência ao peticionário.

O Sr. Edison Natariani tomou conhecimento do indeferimento em 24.02.87, e em requerimento datado de 11.04.87, deu entrada a seu pedido neste Colegiado.

2. Apreciação

Tratam os autos da solicitação de Edison Costa Natariani, que inconformado com a reprovação de seu filho na 6ª série, por não comparecer à recuperação de Geografia, encaminhou a este Colegiado - requerimento datado de 11.04.87 onde solicita "nova oportunidade para que seu filho fosse submetido ao processo de Recuperação de Geografia".

Prevalece neste Colegiado, sobre o assunto, a orientação de não acolher recursos impetrados contra a decisão do Conselho de Classe, exceto nos casos em que a decisão de retenção de alunos ocorresse não em aspectos cognitivos, mas "em deficiências de requisitos considerados indispensáveis à formação do educando", conforme Parecer CEE nº 1542/81.

Tem sido doutrina deste Conselho, como afirmam os Pareceres CEE nºs 1027/73; 878/79; 1755/83 que a função de avaliar é atribuição dos professores e da escola. No Parecer CEE nº 1283/83, da ex-Conselheira Amélia Americano Domingues de Castro, ficou evidente em sua manifestação que somente "sérios indícios de infrigência às normas e à legislação, no âmbito jurídico ou ético, justificam a interferência de órgãos mais longínquos na autonomia do Professor e da Escola."

Tanto pedagógica quanto legalmente, a função de avaliar é atribuída aos professores, com apoio e assessoria de órgãos colegiados da própria escola, que no caso em lista foi o Conselho de Classe, bem como de orientadores pedagógicos.

Conforme registram os autos, a Comissão de Supervisores, designada por Portaria do Sr. Delegado de Ensino para se manifestar sobre o caso, realizou longo e minucioso estudo de todas as questões levantadas, ouvindo as declarações prestadas pelos envolvidos e analisando os documentos solicitados. Esta Comissão opinou que o Conselho de Classe se manifestasse, observando as constatações feitas sob aspecto do cumprimento da legislação no relatório emitido, cuidando para que as decisões tomadas fossem devidamente fundamentadas e lavradas em ata.

Com a devida urgência, realizou-se o 2º Conselho de Classe da 6ª série B, cujas observações de ordem legal foram respondidas e, procedendo-se à análise cuidadosa do assunto, decidiu-se pela ratificação da retenção do aluno, no Conselho, pelo fato do mesmo não ter comparecido no período de recuperação.

O Sr. Delegado de Ensino da DE de Amparo, tendo em vista parecer dos Supervisores e decisão do Conselho de Classe, indeferiu o solicitado em 09.02.87. A Assistente Técnico-Pedagógica do 1º Grau da Divisão Regional de Ensino de Campinas manifestou-se contrariamente ao solicitado e o Sr. Diretor Regional acolheu este parecer indeferindo o pedido, em 17.02.87.

De acordo com a Comissão de Supervisores e com o que foi salientado pela A.T. da Divisão Regional "a escola cumpriu regularmente todas as etapas de trabalho e, particularmente, do processo de avaliação, previstas em seu Calendário anual", e agiu de maneira correta, não se constatando dolo na atitude de quaisquer de seus funcionários".

Cada instância dos órgãos da Secretaria da Educação a que o peticionário recorreu, a postura assumida foi a de que utilizando de sua plena competência e autonomia decisória, pronunciou-se a respeito da matéria regimental e pedagógica, como o previsto na legislação.

No caso em tela é lamentável que o aluno não tenha comparecido à Recuperação de Geografia no tempo estabelecido pela escola, o que, evidentemente, era condição para sua possível promoção e em todo o processo há evidência de que o aluno tinha pleno conhecimento deste fato.

Ademais, ao afixar as listas com a relação de alunos respectivas disciplinas de recuperação, em painéis no corredor da escola, o que está testemunhado em termos de declaração de fls. 15, fica evidenciado que a escola propiciou, às famílias, acesso às informações sobre a situação escolar de seus filhos.

Pelo que se depreende da análise de toda a documentação constante do processo, direção e professores atuaram dentro de suas prerrogativas legais e funcionais. Não há, por isso mesmo, fundamento para o acolhimento do recurso.

3. Conclusão

A vista do exposto, indefere-se o pedido do Sr. Edison Natariani, no sentido de que seja concedida nova oportunidade para realização da recuperação em Geografia, componente curricular no qual o aluno André Costa Natariani foi reprovado na 6ª série do 1º grau, na EEPG "Luiz Leite", em Amparo, no ano letivo de 1986.

a) Cons^a Iara Glória Areia Prado
Relatora

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 02 de dezembro de 1987

a) Cons^o FRANCISCO APARECIDO CORDÃO
vice-Presidente no exercício da Presidência